

## Caldre e Fião: um pioneiro esquecido

Prof. Dr. Pedro Brum Santos<sup>1</sup> (UFSM)

### **Resumo:**

*Esta comunicação pretende verificar o caso particular de Caldre e Fião, sulista desconhecido fora de sua região de origem. Seus romances, entretanto, publicados na Corte, figuraram entre os primeiros exemplares do gênero em nossa literatura, tiveram boa acolhida na época e, inclusive, estabeleceram uma interlocução interessante com linhas representativas da ficção romântica, ao ponto de adiantarem aspectos que seriam, mais tarde, melhor explorados por José de Alencar, como se procurará demonstrar..*

**Palavras-chave:** ficção romântica, romance brasileiro, regionalismo, pioneiros

### **Introdução**

Caldre e Fião, sulista ignorado fora de sua região de origem, além de figurar entre os primeiros romancistas brasileiros, explorou temas e motivos que mostram sua perfeita sintonia com os de sua época. Basta compará-lo, por exemplo, a José de Alencar, o principal autor do tempo, que lhe é posterior, para verificar a existência de uma interlocução interessante entre ambos, sobretudo no que diz respeito à exploração ficcional da geografia do vasto – e desconhecido - território brasileiro.

Aí pela metade do século XIX, de fato, tornava-se imperioso explorar a terra virgem, flagrar-lhe o aroma e, na medida do possível, compreender-lhe as idiossincrasias. Esses, como sabemos, eram gestos caros à ânsia romântica em voga, que propalava um fervor místico à natureza e à glorificação dos valores pátrios.

Caldre e Fião<sup>1</sup> deixara a terra natal para completar estudos na Corte, onde publicou, num curto espaço de tempo, tudo que se conhece de sua prosa de ficção. Em dois romances e alguns folhetins, colocou em cena escaramuças de guerras, donzelas, salteadores e mocinhos, tendo como cenário típico e preferencial planaltos e escarpados rio-grandenses.

Foi assim, por exemplo, em *A divina pastora*, obra de estréia, que é de 1847. Aos 26 anos, o jovem autor contribuía com o alargamento da fronteira geográfica do nascente romance brasileiro. Enquanto seus coetâneos ocupavam-se em glorificar a gigantesca natureza e a nobreza do índio, o ficcionista do Sul avançava para além da própria margem conhecida.

Estranho é o silêncio que ainda hoje a historiografia devota ao pioneirismo de Caldre e Fião. Além de ter sido o primeiro ficcionista que publicou, em prosa de ficção, matéria de cunho regionalista na Corte, numa época em que a própria noção de região ainda não fora configurada, também está entre os primeiros romancistas brasileiros. Nenhum dos fatos, porém, foi suficiente para tirá-lo do apagamento, cujas raízes, ao que tudo indica, remontam ao próprio século XIX.

---

<sup>1</sup> Caldre e Fião, nome pelo o qual se tornou conhecido, foi o epíteto que o autor apos a José Antonio do Vale, o registro de nascimento. É, ao menos, o que se supõe da leitura dos textos literários que publicou na Corte entre 1847 e 1852, onde tal assinatura começa a aparecer.

## **1 Pioneirismo e apagamento**

Uma visada sobre os oitocentos nos ajuda a entender a extensão do problema. Ali, entre as poucas fontes que devotam interesse por registros ligados à porção mais meridional do território brasileiro, está o *Dicionário bibliográfico português*, de Inocêncio Francisco da Silva, onde, aliás, encontramos detalhes sobre o citado livro de estréia de Caldre e Fião. Tirando essa referência e o material que se pode coligir em jornais fluminenses contemporâneos ao período em que as obras foram lançadas, não há nenhum outro registro de vulto. O autor de *A divina pastora*, enfim, cai no mesmo limbo que foi devotado a temas rio-grandenses na crítica e historiografia do dezenove.

O *Florilégio da poesia brasileira*, de Francisco Adolfo Varnhagen, por exemplo, apresenta numerosas menções a respeito de autores nortistas, mas nenhum registro de sulistas. Vale o mesmo para Januário da Cunha Barbosa e João Manuel Pereira da Silva, que lhes são contemporâneos. Em críticos imediatamente posteriores, como Joaquim Norberto de Sousa Silva, mantém-se a escrita. No capítulo da crítica de cunho positivista fundada em fins do século, o panorama não é diferente. José Veríssimo e Araripe Junior, já na entrada dos novecentos, igualmente silenciam sobre o Sul, cabendo apenas a Silvio Romero o interesse por manifestações populares, na linha do folclore.

No caso da historiografia e da crítica românticas, parece bastante significativo o fato de que o referido silêncio suceda a Revolução Farroupilha (1835-1845), revolta que defendeu - e chegou mesmo a proclamar – uma república independente na campanha sulina. Instalou-se, ao que parece, uma antipatia ou indisposição em relação aos sulistas ao menos nos círculos mais próximos do imperador. Afora isso, não era segredo a participação de rio-grandenses em movimentos simpáticos ao abolicionismo e ao regime republicano. Assim, por convicção ideológica ou por simples acomodação às circunstâncias, a circulação de temas sulinos torna-se escassa na Corte aí por meados dos oitocentos.

Exceção feita ao citado Caldre e Fião e a seu conterrâneo Pereira Coruja, que por volta de 1852 ocupava-se com vocabulário rio-grandense na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nomes reconhecidamente ligados à então província do Rio Grande de São Pedro dedicaram-se aos temas nativos com muita discrição. Caso notório é o do prestigiado Gonçalves de Magalhães, que, mesmo tendo vivenciado a Revolução Farroupilha durante três anos, como assessor de Luiz Alves de Lima e Silva, na época, Barão de Caxias, somente bem tarde, ao recolher obras passadas, publica dois ou três poemas que referem o episódio (e a região). Quanto a Manuel de Araújo Porto Alegre, que nasceu no Sul e iniciou aí sua formação artística ao redor de 1820, após mudar-se para a Corte e, mais tarde, radicar-se no exterior, apenas refere a terra natal de passagem, em um que outro verso de sua obra poética.

Como é freqüente na crítica e na historiografia literárias, as posições iniciais se cristalizam. Assim, quando verificamos as leituras feitas ao longo do novecentos sobre o cânone de nosso romantismo, o extremo Sul normalmente fica de fora. Exceção, nesse quadro, é a voz de Tristão de Athayde, que no livro *Afonso Arinos*, que é de 1922, reconhece a primazia sulina em matéria de regionalismo brasileiro:

graças à constituição particular de sua gente, às suas origens históricas e ao aspecto peculiar que aí revestia a natureza, conservou sempre a grande província do extremo sul um caráter marcado de independência, que até hoje a distingue entre todas as unidades da nossa federação. É possível mesmo que, literariamente, fosse ela a primeira a inspirar o germen inicial do regionalismo em nossas letras, se fosse lícito nelas incluir a vaga novela rio-grandense do Dr. Caldre e Fião – *A divina pastora de 1847* (ATHAYDE, 1922, p. 25).

A constatação de Tristão de Athayde, no entanto, ainda hoje permanece como um registro solitário. Nesse quadro de apagamento e denegação, é necessário observar, por outro lado, que o

próprio Caldre e Fião concorreu, em vida, para que assim ficasse estabelecido. A começar pelo estranho silêncio que devota a suas obras após transferir-se de volta do Rio de Janeiro para Porto Alegre em meados de 1850.

Enquanto esteve na Corte, como já referimos, o jovem médico publicara dois romances: *A divina pastora*, novela rio-grandense (1847) e *O corsário*, romance rio-grandense (1851). A esses teriam se somando, pelo menos dois títulos em folhetins, além de teses sobre medicina e elogios dramáticos ao príncipe Dom Pedro e ao ator João Caetano.

Na mesma fase, chegou a dirigir o periódico *O Filantropo*. Posteriormente, a publicação foi encampada pela recém fundada “Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas”. O autor passou, então, a colaborar em jornais abolicionistas publicados no Rio de Janeiro. Reside dessas colaborações, ao que tudo indica, sua indisposição com poderosos do tempo.

De volta ao Sul, de acordo com Carlos Reverbel (1992), teria sofrido represálias de Manoel Pinto da Fonseca, então o maior mercador de escravos do Brasil, que contava com proteção legal. Cogita-se, em função dessas animosidades, que as novelas de Caldre e Fião foram tiradas de circulação. Não é de admirar, portanto, que *A divina pastora* tenha sumido por 145 anos, até ser redescoberta pelo livreiro Adão Fernando Monquelat, de Pelotas, que, em 1992, localizou um exemplar em Montevidéu.

A propósito do silêncio que o próprio Caldre e Fião guardou até o final da vida sobre os textos ficcionais publicados na época em que viveu na Corte, o escritor Múcio Teixeira, em *O gaúcho*, afirma:

no mais renhido da primeira luta abolicionista, em 48, alguns traficantes de escravos ofereceram-lhe grandes somas para que um de seus romances fosse retirado de circulação, mas Caldre e Fião, que atravessava um momento de dificuldades materiais, repeliu a oferta e continuou com maior entusiasmo a sua tenaz propaganda (TEIXEIRA, 1921, p. 105).

Caldre e Fião incentivou os jovens que, em 1868, fundaram em Porto Alegre o Partenon Literário e aceitou de bom grado a função de patrono da agremiação lítero-cultural. Porém, essas veleidades do mundo da arte não tiraram a primazia absoluta que continuou votando a seu trabalho de médico comunitário, profissão que, conforme relatos de contemporâneos, rendeu-lhe uma existência modesta até o final da vida em 1876.

Em sua biografia, que registra muitos lapsos de informação, nada indica que tenha retomado, uma vez sequer, a verve de ficcionista. Do mesmo modo, nunca teria reivindicado qualquer glória, mesmo quando os temas literários de que se ocupou no período da Corte apareceram reforçados na pena de Alencar e fizeram efervescer a geração do Partenon. Por essa ocasião, parece tranquilamente convencido de que as causas sociais podem mais que as literárias.

A aproximação com Alencar, aliás, rende um capítulo à parte. A começar pelo próprio fato de que as primícias do autor gaúcho ajudam a entender o poderoso papel de catalisador que o criador de *O guarani* ocupa na literatura do nascente Estado brasileiro. Se em Caldre e Fião verificamos pioneirismo, é sempre em Alencar que encontramos a constante e aguda percepção da oportunidade de temas e situações.

## 2 Caldre e Fião e Alencar

Para ficarmos na questão rio-grandense, lembremos que muito antes de *O gaúcho*, *A divina pastora* elege o motivo da guerra e da violência como apelos definidores do caráter humano predominante do extremo meridional do Brasil. A Revolução Farroupilha, porém, havia acabado há apenas dois anos quando saiu o romance do sulista, razão pela qual, os protagonistas de Caldre e Fião, justificadamente, a vêem com desconfiança.

A mesma premência não tem Alencar, em *O gaúcho*, que é de 1872. Por isso, o autor cearense pode, não apenas situar as ações narradas em plena revolução, como emprestar-lhe a força espiritual que se irradia sobre o ambiente e os protagonistas que o habitam. Embora não deseje fazer romance histórico, posto que a sua intenção maior é a relação do homem com a natureza, de modo a distinguir as peculiaridades humanas e geográficas de uma porção singular do Brasil, Alencar mostra-se sensível àquilo que a seu tempo já é legado histórico. O distanciamento permite-lhe localizar no episódio farroupilha uma energia definidora da alma do gaúcho, convicção que ainda não é clara em *A divina pastora*.

É de se perguntar, por outro lado, até que ponto *O gaúcho* de Alencar tem em vista resgatar a matéria sulina do silêncio que vinham lhe dispensando seus coetâneos, a começar pelo citado apagamento recaído sobre a figura do próprio Caldre e Fião. A pergunta tem mais sentido quando se sabe que Alencar se dedica ao tema no momento em que, à altura de 1870, magoado, se afasta da vida pública, após ser preterido pelo imperador Pedro II numa lista para o Senado, mesmo depois de uma carreira política de fidelidade ao Partido Conservador, onde chegara, inclusive, a ser ministro da Justiça.

Por outro ângulo, um exame mais acurado permite supor que a obra de Alencar, há muito, flertava com temas e situações que abundam nos textos do pioneiro autor rio-grandense. Há, por exemplo, semelhanças evidentes entre Loredano, vilão de *O guarani* (1857) e Vanzini, protagonista de *O Corsário* – que, a exemplo de *A divina pastora*, recebera bastante publicidade na Corte. Neste segundo romance do autor sulino, Giuseppe Vanzini é um aventureiro que, após farsas e saques em sua terra natal, dera na costa rio-grandense, onde, após sobreviver a um naufrágio, fruto da astúcia e do logro, continua sua existência errante, à qual não faltam a lubricidade diante das donzelas inocentes e a esperteza frente a almas ingênuas da província. Assim como este Vanzini de Caldre e Fião, o Loredano de Alencar esconde um passado obscuro, que somente aos poucos vai se deixando revelar na narrativa. Ambos possuem origem italiana, inclinações violentas, ganância excessiva.

Ao que parece, a possível leitura de Caldre e Fião teria instigado Alencar a escolher um vilão italiano à moda inglesa para arquitetar o núcleo da intriga de *O guarani*, obra que lançou sua proposta daquilo que julgava necessário para uma verdadeira renovação da literatura brasileira. Alencar, ao que tudo indica, percebeu nessa figura um tipo à altura para desafiar portugueses e índios e fazer-lhes dar mostras de coragem e altivez moral.

Loredano, à semelhança de Vanzini, é um tipo que parece dotado de poderes infernais. Seus feitos, muitas vezes, desafiam as leis da probabilidade e se colocam além da compreensão racional, indicando suas origens literárias que vêm do romance gótico. Não é absurdo, portanto, que protagonize cenas fantasmagóricas, cujos indícios se repetem fartamente no relato com o objetivo de reforçar a malevolência do vilão. Alencar, a exemplo de Caldre e Fião, parece apostar no estereótipo do vilão italiano à moda inglesa – e esta é uma coincidência significativa, especialmente quando se sabe que o tipo não é comum nas tramas brasileiras da época, muito mais interessadas em conjuntos de complicações destinadas a porem amantes à prova e ilustrarem o triunfo da virtude.

Por outro lado, quem leu *A divina pastora* e conhece Almenio, sua nobreza de alma, a região serrana por onde circula preferencialmente, sua destreza com a montaria, não estranha Manoel Canho, o gaúcho de Alencar, mesmo reconhecendo que, neste último, é acrescida a genealogia de

Bento Gonçalves, a esta altura já com foro de herói, e que seus passos ressaltam, mais que no antecessor, as variações do meio físico rio-grandense.

## **Conclusão**

Coincidências e semelhanças à parte, é inegável, como afirmamos, que a investidura de Alencar, sua imagem de autor consagrado e reconhecido foram essenciais para dar legitimidade a correntes expressivas de nosso romantismo, de um modo geral, e, particularmente, ao regionalismo rio-grandense. Relativamente a *O gaúcho*, por exemplo, Apolinário Porto Alegre não apenas expressou entusiasmo crítico pela publicação, como ele próprio nela se inspiraria para publicar, em 72, a novela *O vaqueano*.

Nesse meio, certamente, não caberia a Caldre e Fião reivindicar loas a seu pioneirismo, sendo que dele mesmo já vinha o exemplo de discrição imperturbável. Aliás, na nota com que se apresentava ao público, em *A divina pastora*, o autor dizia de sua alma plácida: “o tufão não a perturba, - só a branda aragem ciciando de flor em flor vai lá lenir suas fadigas aproveitando-se do dormir da tarde” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 21). Estoicismo e credo, enfim, parecem impulsionar o traço de nosso esquecido escritor que, ainda na aludida nota de 1847, profeticamente concluía: “gozar é a partilha do Céu – sofrer é a existência da terra” (*idem*, p. 21).

## **Referências Bibliográficas**

- [1] ATHAYDE, Tristão [LIMA, Alceu Amoroso]. *Afonso Arinos*. Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.
- [2] REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. Posfácio de *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- [3] TEIXEIRA, Múcio. *Os gauchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1921. Vol. 1.
- [4] ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1979.
- [5] \_\_\_\_\_. *O gaúcho*. São Paulo: Ática, 1988.
- [6] CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- [7] \_\_\_\_\_. *O corsário*. Porto Alegre: Movimento, 1979.

---

## **Autor**

<sup>1</sup> **Pedro BRUM, Prof. Dr.**  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
pedrobrum@uol.com.br